

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.478.005 - BA (2019/0089889-3)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE ELISIO MEDRADO
ADVOGADOS : MARCILENE MELO DOS SANTOS - AL007733
FLÁVIO ALMEIDA DA SILVA JÚNIOR - BA031218
AGRAVADO : ESTADO DA BAHIA
PROCURADOR : MARIANA MATOS DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - BA012874

DECISÃO

Trata-se de Agravo em Recurso Especial, interposto pelo MUNICÍPIO DE ELISIO MEDRADO, contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, que inadmitiu o Recurso Especial, manejado em face de acórdão assim ementado:

"PROCEDIMENTO ORDINÁRIO. DIREITO CONSTITUCIONAL. AÇÃO DE COBRANÇA. *ROYALTIES*. ARGUIÇÃO INCIDENTAL DE INCONSTITUCIONALIDADE. AFASTADA. COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS. REPASSE NA FORMA PREVISTA NOS ARTS. 9º DA LEI 7.990/89. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DO STJ E DO EGRÉGIO TRIBUNAL PLENO DESTA CORTE. NÃO COMPROVAÇÃO PELO MUNICÍPIO DO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS. PAGAMENTO INDEVIDO. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. FIXAÇÃO. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO.

O artigo 9º da Lei 7.990/89 não padece de vício de constitucionalidade, porquanto inexistente intervenção municipal sobre receitas estaduais, já que a compensação financeira (*royalties*) constitui receita originária do Município.

De acordo com a referida norma, deve o Estado receptor dos referidos *royalties* repassar, mensalmente, a título de compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural, ao município onde tal ocorreu, o montante de 25% (vinte e cinco por cento). Precedentes do STJ e deste Tribunal Pleno.

O Autor não comprovou o preenchimento dos requisitos legais para fazer jus ao repasse, isto é, não há nos autos prova de que o Município de Elísio Medrado seja PRODUTOR DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL; CONFRONTANTE DE MUNICÍPIO PRODUTOR; MUNICÍPIO PERTENCENTE ÀS ÁREAS GEOECONÔMICAS DOS CONFRONTANTES; MUNICÍPIO ONDE SE

Superior Tribunal de Justiça

LOCALIZASSEM INSTALAÇÕES DE EMBARQUE OU DESEMBARQUE DE PETRÓLEO OU GÁS NATURAL; e por fim, MUNICÍPIO ONDE HOUVESSE A CIRCULAÇÃO DA MERCADORIA (ENTREGA DO ÓLEO DA CONCESSIONÁRIA PRODUTORA À REFINARIA).

Nas causas em que é parte a Fazenda Pública, os honorários devem ser fixados observando-se os critérios encetados no art. 85 do NCPC, em seus §§ 2º e 3º (fls. 545/546e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração (fls. 575/587e), os quais restaram rejeitados, nos seguintes termos:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AÇÃO ORDINÁRIA. AÇÃO DE COBRANÇA. ROYALTIES. COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS. REPASSE NA FORMA PREVISTA NOS ARTS. 9º DA LEI 7.990/89. POSSIBILIDADE. NÃO COMPROVAÇÃO PELO MUNICÍPIO DO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS. PAGAMENTO INDEVIDO. CONTRADIÇÃO. INOCORRÊNCIA. ACLARATÓRIOS REJEITADOS.

No caso telado, o Embargante sustenta que afirma que o julgado se encontra eivado de contradição, mormente na interpretação dispensada ao art. 9º da Lei nº. 7.990/89, eis que o dispositivo invocado garantiria a todos os Municípios baianos o direito de receberem uma parcela da indenização devida ao Estado, pelos possíveis danos que poderiam ser causados pela exploração de recursos naturais, independentemente de circularem hidrocarbonetos no território das unidades federadas.

Entretanto, inexistente a contradição apontada, eis que o Acórdão embargado, de forma coesa fundamentou ser devido o pleiteado repasse apenas aos MUNICÍPIOS PRODUTORES, MUNICÍPIOS CONFRONTANTES, MUNICÍPIOS PERTENCENTES ÀS ÁREAS GEOECONÔMICAS DOS CONFRONTANTES, MUNICÍPIOS ONDE SE LOCALIZASSEM INSTALAÇÕES DE EMBARQUE OU DESEMBARQUE DE PETRÓLEO OU GÁS NATURAL; e por fim, MUNICÍPIOS ONDE HOUVESSE A CIRCULAÇÃO DA MERCADORIA (ENTREGA DO ÓLEO DA CONCESSIONÁRIA PRODUTORA À REFINARIA), na forma da legislação aplicável.

Na decisão embargada, não se negou a vigência ou a validade do art. 9º da Lei 7.990/1989, diferentemente do que ocorreu no paradigma

Superior Tribunal de Justiça

julgado pelo Superior Tribunal de Justiça, suscitado pelo recorrente" (fls. 619/620e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a e c**, da Constituição Federal, a parte ora agravante aponta, além do dissídio jurisprudencial, violação aos arts. **535, I e II, do CPC/73 e 9º da Lei 7.990/89**, sustentando a existência de omissão no acórdão recorrido sobre a legislação invocada nos Embargos de Declaração, bem como que "não há a necessidade de circulação de hidrocarbonetos no território, para fins de pagamento de royalties atinente ao artigo 9º da Lei 7.990/89, não tendo o Município de Elisio Medrado/BA a obrigação de comprovação de tal hipótese" (fl. 641e).

Por fim, requer o provimento do recurso.

Contrarrazões a fls. 691/701e.

Inadmitido o Recurso Especial (fls. 705/708e), foi interposto o presente Agravo (fls. 711/732e).

Contramínuta a fls. 737/747e.

A irresignação não merece prosperar.

Em relação ao art. 535 do CPC/73, deve-se ressaltar que o acórdão recorrido não incorreu em qualquer vício, uma vez que o voto condutor do julgado apreciou, fundamentadamente, todas as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida pela parte recorrente.

Vale ressaltar, ainda, que não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional. Nesse sentido: STJ, AgRg no AREsp 408.492/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 24/10/2013; STJ, AgRg no AREsp 406.332/MS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 14/11/2013; STJ, AgRg no REsp 1360762/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 25/09/2013.

Por outro lado, acerca da controvérsia, constou do acórdão que julgou os Embargos Declaratórios:

"Na hipótese dos autos, a irresignação da parte agravante cinge-se ao reconhecimento do direito de todos os Municípios baianos, em tese, serem galardoados com parcela do quinhão de 25% (vinte e cinco por cento) da transferência obrigatória incumbente ao Estado, por força do art. 9º da Lei 7.990/1989.

Com efeito, uma leitura rasa dos dispositivos legais pertinentes à discussão seria suficiente para afastar a alegação do Embargante, senão vejamos.

Superior Tribunal de Justiça

O retrocitado art. 9º da Lei 7.990/1989 traz o seguinte comando:

Art. 9º Os Estado transferirão aos Municípios 25% (vinte e cinco por cento) da parcela da compensação financeira que lhes é atribuída pelos arts. 2º, § 1º, 6º, § 3º e 7º desta Lei, **mediante observância dos mesmos critérios de distribuição de recursos, estabelecidos em decorrência do disposto no art. 158, inciso IV e respectivo parágrafo único da Constituição**, e dos mesmos prazos fixados para a entrega desses recursos, contados a partir do recebimento da compensação.

Ao se perseguir a remissão feita, deparamo-nos com dispositivo constitucional abaixo transcrito, e com nossos grifos:

Art. 158. Pertencem aos Municípios:

IV - vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

Parágrafo único. As parcelas de receita pertencentes aos Municípios, mencionadas no inciso IV, serão creditadas conforme os seguintes critérios:

I - três quartos, no mínimo, na proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, **realizadas em seus territórios**;

É dizer, a legislação faz associação a norma constitucional que, ao prever a repartição de determinada receita derivada do Estado, condiciona o seu repasse aos Municípios que efetivamente estejam inseridos na cadeia de geração do fato motor.

(...)

Não há, portanto, que se falar em contradição na decisão questionada, que de forma coesa fundamentou, ser devido o pleiteado repasse apenas aos MUNICÍPIOS PRODUTORES, MUNICÍPIOS CONFRONTANTES, MUNICÍPIOS PERTENCENTES ÀS ÁREAS GEOECONÔMICAS DOS CONFRONTANTES, MUNICÍPIOS ONDE SE LOCALIZASSEM INSTALAÇÕES DE EMBARQUE OU DESEMBARQUE DE PETRÓLEO OU GÁS NATURAL; e por fim, MUNICÍPIOS ONDE HOUVESSE A

Superior Tribunal de Justiça

CIRCULAÇÃO DA MERCADORIA (ENTREGA DO ÓLEO DA CONCESSIONÁRIA PRODUTORA À REFINARIA), na forma da legislação aplicável" (fls. 622/625e).

Contudo, verifica-se que a parte recorrente não atacou, via Recurso Extraordinário, o referido fundamento constitucional. Assim, existindo fundamento de índole constitucional, suficiente para manutenção do aresto recorrido, cabia à parte recorrente a interposição do mencionado Agravo, de modo a desconstituí-lo, ausente essa providência, o conhecimento do Especial esbarra na censura da Súmula 126/STJ, segundo a qual, "é inadmissível Recurso Especial, quando o acórdão recorrido assenta-se em fundamentos constitucional e infraconstitucional, qualquer deles suficiente, por si só, para mantê-lo, e a parte vencida não manifesta recurso extraordinário".

Além disso, para rever as conclusões do Tribunal **a quo**, no sentido de que, "compulsando os documentos adunados aos autos, o Município autor não se desincumbiu de provar o preenchimento dos requisitos legais para fazer jus ao recebimento do repasse pleiteado, ou seja, não há prova de que o Município de Elisio Medrado se enquadre numa das categorias acima enumeradas" (fl. 553e), seria necessário reexaminar o conteúdo fático-probatório dos autos, o que é vedado, em sede de Recurso Especial, em razão do óbice da Súmula 7/STJ.

Sinale-se, por fim, o não cabimento do Recurso Especial com base no dissídio jurisprudencial, pois as mesmas razões que ~~inviabilizaram~~ o conhecimento do apelo, pela alínea **a**, servem de justificativa quanto à alínea **c** do permissivo constitucional.

Ante o exposto, com fulcro no art. 253, parágrafo único, II, **b**, do RISTJ, **conheço** do Agravo, para **negar provimento** ao Recurso Especial.

Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), majoro os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor já arbitrado, levando-se em consideração o trabalho adicional imposto ao advogado da parte **recorrida**, em virtude da interposição deste recurso, respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

I.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora